



Reunião da Assembleia Intermunicipal

22 de abril de 2013

Ata nº. I

Na sede da CI Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida pelo Presidente da Assembleia Intermunicipal, Rogério de São Bento Camões, ladeado pelo Vice-Presidente substituto António Pedro Oliveira Martins, e pelo Secretário, Ernesto Carlos Rodrigues Barros. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: -----

Carlos Alberto Baptista Guerra, José Carlos Raposo Marques Vidal, Hilário Manuel Ferreira dos Santos, Manuel Augusto de Almeida Farias, Paulo Manuel Matos Soares, Delfim do Santos Bismark Álvares Ferreira, Fausto Miguel Vidal Meireles de Azevedo, Maria de Lurdes Sousa Tavares da Silva, Olga Marques dos Santos Ladeira, José Lagoa Duarte, Maria Lúcia Braga Araújo, Lúcia Maria das Neves Pires Cerca, Rui António de Almeida Marinha, José Gonçalo Borges da Fonseca, Jorge Carvalho Arroteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Manuel José Prior Pedreira Neves, Paulo Jorge Lopes Anes, António Manuel Valente de Sousa, José Alberto da Costa Figueiredo, José Augusto da Luz Matos, Paulo Marco de Matos Couceiro e Costa Braga, Pedro Rodrigues de Almeida Matos, António José Flor Agostinho, Maria de Fátima Ramos Bola, Paulo Manuel Namorado Nordeste, Augusto Carlos dos Santos Leite, José Alcides Ramos Pereira, José Manuel Andrade Simões, Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto, Gladys del Carmém Ferreira de Oliveira, Manuel Nunes Simões dos Santos, Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata, José de Figueiredo Lino, José Eduardo Alves Fragateiro, Maria Cecília Reis Almeida Oliveira, Sérgio Paulo Borges de Pinho Pereira, Ercília Maria Marques Pedro, José Luís da Silva e Almeida, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, Carlos Manuel Simões das Neves, Jorge Luís Nunes de Oliveira, Juan Carlos Ferreira Martins, Manuel Marcelino Santos Manangão, Rogério Simões. -----

Estiveram ausentes os membros: Álvaro de Oliveira Gomes (que justificou a falta), António Rafael das Neves Timóteo, Raul Ventura Martins, Mário Júlio Carlos Ramos e Rogério Mário dos Santos. -----

Constituído o quórum, o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal iniciou a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva agenda da reunião: -----

A – Apreciação e votação da ata da sessão anterior; -----

B – Expediente e informações; -----

C – Período Antes da Ordem do Dia; -----

D – Período da Ordem de Trabalhos: -----

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Executivo relativa à atividade da CI Região de Aveiro no período compreendido entre 20 de novembro de 2012 e 11 de abril de 2013; -----



Ponto 2 - Apreciação e Votação da Conta de Gerência/2012; -----

Ponto 3 - Apreciação e Votação da 1ª Revisão Orçamental/2013; -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos. -----

A – Apreciação e votação da ata da sessão anterior: -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal colocou a votação a ata n.º 3º de 28 de novembro de 2012, com os seguintes resultados: -----

Aprovada por maioria, com seis abstenções. -----

B – Expediente e informações: -----

O Presidente da Mesa informou a correspondência recebida, nomeadamente a justificação de ausência a esta reunião do Vice-Presidente da Mesa, Álvaro de Oliveira Gomes, e ainda o Ofício da Assembleia Municipal de Estarreja nº 33/12, de 18/12/2012, relativo a “Cópia de atas das reuniões do Conselho Executivo e da Assembleia Intermunicipal”, em forma de Requerimento do membro da Assembleia Municipal Pedro Vaz que “*Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis que requeiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que: 1. Solicite à Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) cópia de todas as Actas das reuniões realizadas do Conselho Executivo da mesma e da Assembleia Intermunicipal respetiva.*” O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal informou que será enviado ofício ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Estarreja pedindo desculpa de demora, justificando-a, informando que as atas estão disponíveis no site da CIRA. -----

C – Período Antes da Ordem do Dia: -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia no Período “Antes da Ordem do Dia”: -----

Hilário Santos (Águeda) referiu-se ao Centro Hospitalar do Baixo Vouga, designadamente aos programas antes aprovados para execução de obras no valor de 2 milhões de euros no Hospital de Águeda, que entretanto foram canceladas, tendo ficado essas verbas prometidas ao Centro Hospitalar do Baixo Vouga, e estariam dependentes da calendarização do processo junto da ARS do Centro. Sabe-se que estão a decorrer obras noutras hospitais no âmbito da ARS do Centro e assim solicita a intervenção do Presidente da CIRA para esta matéria, pois caso haja disponibilidade financeira devem avançar também no Baixo Vouga, que recordou, só não aconteceram pela falta de nomeação do Conselho de Administração. -----

José Matos (Estarreja) relativamente ao Baixo Vouga, questionou se há alguma novidade do Ministério da Agricultura. Proferiu uma nota de preocupação com a Lei das Finanças Locais, referindo o parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses e considera o cenário preocupante. Relativamente ao Centro Hospitalar do Baixo Vouga considera que não temos tido boas notícias, mas sim promessas sem cumprimento, e a suposta gestão integrada que traria mais-valias não se está a verificar. Salientou como nota muito positiva a parceria da CIRA com a Fábrica da Ciência Viva, numa dimensão inovadora, com as respetivas atividades que se estão a realizar nos municípios. -----

Manuel Nunes (Oliveira do Bairro) manifestou a preocupação com as instalações do Centro de Saúde do município de Oliveira do Bairro, sem qualquer intervenção desde o 25 de Abril, considerando que as instalações estão completamente ultrapassadas, reivindicando um novo espaço para a saúde, solicitando a intervenção do Sr. Presidente para colmatar esta



carência o mais breve possível. Questionou a decisão de transferência unilateral das consultas externas de ortopedia, que se realizavam no Hospital de Aveiro, sem prévia audição dos responsáveis do ACES, e que agora são referenciadas para o concelho de Águeda; recorda que o concelho de Oliveira do Bairro não tem circuitos de transporte público para Águeda e as distâncias também serão maiores, apelando à revogação da decisão. -----

José Fragateiro (Ovar) questionou novamente o pórtico da A29, de Ovar Norte com o Nó da Feira, que dificulta o acesso aos municípios, chamada de atenção já feita numa anterior assembleia e alertou para o problema das cheias que originaram a rotura de alguns diques do Baixo Vouga tornando as terras de cultivo salinizadas, situação que acontece ciclicamente, e questiona se já há luz verde para inverter esta situação. -----

José Vidal (Águeda) referindo-se a uma notícia de um jornal regional questionou os apoios da CIRA a várias associações desportivas, e se essas atribuições de apoios não seriam melhor empregues na dinamização da prática desportiva dos jovens, designadamente a jovens com dificuldades financeiras. -----

Manuel Coimbra (Aveiro) questionou o balanço da aplicação da Taxa de Recursos Hídricos, fruto de recente atualização, considerando um problema transversal a todos os municípios da CIRA. Esta taxa tem valores demasiados elevados atendendo às finalidades, e os terrenos agrícolas não têm tido benefícios, considerando que até serão prejudicados pela proximidade às linhas de água. -----

Manuel Prior (Aveiro) referiu a questão do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, numa lógica de trabalho em conjunto no fornecimento de serviços de saúde. No entanto, esta questão tem sofrido ajustamentos às estruturas e às verbas disponíveis. Terá de haver a noção que com o esvaziamento estes serviços passam a ser menos rentáveis e assim estarão mais próximos do fecho. Está a ser elaborado um Plano Diretor do Centro Hospitalar do Baixo Vouga e solicita que o Conselho Executivo acompanhe este processo que poderá levar ao encerramento de serviços. -----

Relativamente ao Centro Hospitalar o Presidente do Conselho Executivo referiu que o processo está a ser acompanhado quer pelo Presidente da CM Águeda, quer pela CI Região de Aveiro. As obras afetam vários municípios e existe uma falta de resposta do nosso interlocutor e um impasse para abertura de procedimentos para disponibilizar estas verbas em municípios com contratos programas, essencialmente pela problemática da contrapartida nacional. No Tribunal de Contas para obtenção do visto tem de se ter as declarações de cabimento e o número de compromisso, que se traduz numa impossibilidade total. Informou que não está guardada nenhuma verba para Águeda, mas sim para toda a Região Centro. Acrescentou que o Gestor do Programa Operacional começa a ter pressão para afetar as verbas a outros destinos, pois a taxa de execução dos projetos aprovados da ARS Centro é muitíssimo baixa. Recordou que Anadia e Ovar tem novas proposituras, informais, de entrega às Santa Casas das unidades hospitalares. Considera que não há um patamar claro de decisão e a questão do Centro Hospitalar é uma questão complexa, que terá de ser vista de forma integrada. Informou ainda que, finalmente, foi solicitado à CI Região de Aveiro a nomeação de representante no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde, tendo sido decidido entregar essa responsabilidade ao Dr. José Eduardo de Matos, Presidente da CM Estarreja. -----

O Presidente do CE na questão do Baixo Vouga Lagunar considera que estamos no momento da verdade, no sentido de saber se queremos investir no Baixo Vouga Lagunar, quer na questão do dique, para que se sustentem as águas salgadas, quer nas acessibilidades e no emparcelamento. Já estamos a trabalhar no QCIRA – Quadro Comum de Investimento da



Região de Aveiro, para o período 2014-2020, em parceria com Universidade de Aveiro, e contamos em maio partilhar convosco algumas ideias. O QCIRA é vasto, com grandes objetivos e esse é um deles. Para nós é uma prioridade e queremos que o Ministério da Agricultura seja parte da solução. -----

Relativamente à TRH – Taxa de Recursos Hídricos, o Presidente do Conselho Executivo recordou que esta não é uma questão nova, o 1º ano de cobrança foi em 2010, e a CI Região de Aveiro tomou logo posição. Esta taxa remete para uma ampla discussão, do que é domínio público e privado, do IMI versus TRH, áreas rústicas ou urbanas. Esta questão teve a virtude de atualizar o cadastro, no âmbito de um trabalho do Polis e da ARH, em complemento com o trabalho desenvolvido para o IMI. Informou saber de casos com uma TRH superior ao IMI e recordou que 2014 é o ano do fim do período de transição do diploma legal. A posição da CI Região de Aveiro é uma atualização da posição pública tomada em abril de 2010 e reiteramos a proposta de contratualizar com o Governo/MAMAOT a Gestão Integrada da Ria de Aveiro, permitindo melhorar a cobrança, acabar com injustiças e investir toda a taxa recolhida na valorização da Ria de Aveiro e foi tomada hoje uma deliberação em Conselho Executivo nesse sentido. Esta é uma matéria complexa, que não é nova, e outras zonas do país estão a trabalhar esta questão. -----

D – Período da Ordem de Trabalhos: -----

1. Informação do Presidente do Conselho Executivo relativa à atividade da CI Região de Aveiro no período compreendido entre 20 de novembro de 2012 e 11 de abril de 2013: -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que o período a que se reporta a informação foi um período rico, que tem como marca referencial o Congresso da Região de Aveiro, de 14 e 15 de março de 2013, num momento de intenso trabalho, de partilha e de perspetivas e discussão de futuro, enriquecido com a presença de dois convidados internacionais, um holandês, nas matérias da gestão da Ria e um espanhol, uma das referências no âmbito dos parques de ciência e tecnologia, e teve um 1º Ministro que cumpriu a promessa de presença, valorizando assim politicamente o congresso. Teve um balanço muito positivo, e as conclusões são públicas. -----

Relativamente aos pórticos nas ex SCUTS, o Presidente do CE afirmou que se soube da notícia da colocação de mais 18 pórticos e que a resposta do Secretário de Estado dos Transportes foi pública. Sabemos que o Governo está a trabalhar na reformatação do modelo de gestão e cobrança, e proximamente estará à discussão essa nova metodologia. Esperamos que o Governo decida bem, no quadro das isenções e das reduções, de lógica intrarregional, em circuitos de curta distância. Reafirmou toda a atenção nesta matéria, designadamente ao nó de Ovar, ao nó das pirâmides e à luta para que a A25 não seja portajada. -----

O Presidente do Conselho Executivo sobre a questão das associações desportivas referiu que não conhece a notícia em causa e reiterou a política da CIRA nesta matéria, que não se substitui aos municípios e tem a sua maior expressão nos apoios dados no Programa PAPER, que em 2013 já tem os contratos assinados, e alguns são associação desportivas; no Grande Prémio Abimoto, que irá decorrer nos próximos dias 8, 9 e 10 de junho; e no apoio ao Beira-Mar. Sobre o apoio ao Beira-Mar o Presidente do CE informou a que temos respondido às diligências do Ministério Público, que as matérias de foro judicial não são tratadas publicamente e que estes são os únicos processos judiciais que a CIRA tem em tribunal. Considera que parte deste investimento é de promoção da dimensão de uma cidadania intermunicipal, de entidades bandeira do nosso território e de promoção do nosso território à custa destas entidades. -----



O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia. -----

Rui Marinha (Anadia) solicitou esclarecimentos em dois temas, no PIMTRA em que considera que a informação prestada é ampla e desatualizada, e sobre a Rede de Bibliotecas, de como vai funcionar e quem irá aderir. -----

O Presidente do CE recomenda a todos uma regular visita ao nosso site, em que toda a informação vai sendo atualizada, e informou relativamente ao PIMTRA da realização de uma conferência pública, de caracterização e linhas de orientação estratégica e que se está a trabalhar no Plano de Ação. Antes de fechar este plano há espaço para a participação pública. O Plano de Ação está na parte final havendo a perspetiva de até final do mês de maio termos a penúltima versão do documento e em junho, na reunião do Conselho Executivo, fecharemos essa versão. Durante a 1ª quinzena de junho teremos uma sessão pública sobre o Plano de Ação. Nesta matéria sublinhou que é preciso entender o diagnóstico e que existem ideias de princípio erradas, por exemplo, a percentagem de cidadãos que usam a bicicleta para uso regular, a percentagem que usa a Linha do Vouga, a densidade de circuitos para o Norte ou para Sul, consoante as extremidades do território. Reafirmou a disponibilidade da CIRA e da empresa para toda e qualquer interação, informando ainda que contrariamente ao inicialmente previsto, está-se a tentar o financiamento do PIMTRA. -----

Relativamente à Rede de Bibliotecas Municipais a equipa técnica está instalada e é composta pelas gestoras técnicas das respetivas bibliotecas municipais, que produzem propostas para submeter ao Conselho Executivo. Tem como ideia central o facto de os direitos serem os mesmos em qualquer biblioteca da rede CIRA, com o respetivo cartão de utente, no acesso aos serviços de todas as bibliotecas dos 11 municípios, numa dimensão de cidadania da Região. As bibliotecas estão assim ao dispor dos cidadãos da Região. Por outro lado, pretende-se a promoção de iniciativas e dinamização das bibliotecas numa lógica de rentabilização de recursos e de economia de escala. Em breve haverá uma forte operação de comunicação aos cidadãos. -----

Gonçalo Fonseca (Aveiro) relativamente ao PIMTRA questionou a metodologia da tomada de decisão e se esta não está invertida, pois em Aveiro ainda estamos numa fase de diagnóstico, ainda não existe Plano, e estão a ser tomadas decisões estratégicas e eventualmente comprometedoras de um Plano que não está fechado, questionando como tem sido a discussão entre a CIRA e a CM Aveiro sobre este processo. -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que no âmbito do PIMTRA a CIRA tem a agradecer o apoio técnico do município de Aveiro, designadamente na conceção do concurso público efetuado, face à experiência e competência técnica deste município nestas matérias. As reuniões principais, para fechar as respetivas fases, são feitas com os responsáveis políticos e técnicos, e as pontes com as equipas decorrem com normalidade, com uma interação intensíssima; em regra, o gestor técnico e político é o mesmo do Plano Municipal e do Plano Intermunicipal. O PIMTRA não vai ao pormenor do parque de estacionamento, mas é uma das áreas mais trabalhada no documento; cabe aos Planos Municipais as respetivas localizações e modelos de gestão. A CI Região de Aveiro recomendou que se procurasse desenvolver em simultâneo os Planos Municipais de Mobilidade com o PIMTRA. Em Aveiro já estava em desenvolvimento, e por exemplo Ílhavo só agora se está a acabar o diagnóstico. Informou ainda que não estão os 11 municípios a elaborar Planos Municipais de Mobilidade. Reiterou que no PIMTRA não há nada nas linhas de orientação estratégicas que coloque em causa de modo grave alguma opção dos municípios e considerou que a empresa que lidera o Plano Intermunicipal, a Tis.pt, é a melhor empresa no país a lidar com estas matérias, com



maior experiência, com um curriculum internacional. -----

2. Apreciação e Votação da Conta de Gerência/2012: -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que o relatório é claro, 2012 foi um ano importante, em que alguns dossiês não avançaram, com uma paragem do investimento e reprogramação dos fundos comunitários. Tivemos uma dimensão financeira inferior, uma vez que não houve transferências para o Polis, pois foi decidido politicamente suspender essas transferências financeiras. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia. -----

Armando Pinto (Oliveira do Bairro) questionou o atraso da transferência de verbas para o Polis, uma vez que em 2011 há 7 municípios que não transferiram as verbas na totalidade, e apenas 3 o fizeram, questionando se há algum acordo político neste sentido. -----

O Presidente do CE recordou o Decreto-Lei que constituiu a empresa em que se previa um prazo de 3 anos para a constituição do capital social, mas como o plano de investimentos foi escorregando houve a necessidade de replanificar o capital social e associá-lo à reprogramação do quadro de investimentos do Polis. O investimento total passou de 97 milhões de euros para 87 milhões de euros, e só em março houve um novo presidente para podermos fixar o quadro de investimentos, faltando fechar acordo com o PROMAR, já estando fechado com o POVT e com o PO da Região Centro. A replanificação do capital social está relacionada com o calendário de execução e o quadro de investimento. Os dois municípios que já realizaram todo o capital social, Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga, fizeram-no pois as obras previstas estão concretizadas; em Albergaria-a-Velha a “Requalificação e Valorização da Pateira de Frossos”, e em Sever do Vouga, o “Fornecimento, Transporte e montagem de estrutura Flutuante para a Praia Fluvial da Quinta do Barco” e a “Recuperação e beneficiação da antiga Estação de Comboios de Paradela”. O Governo está interessado em fechar o dossiê do novo capital social da empresa, e foi decidido a prorrogação da vida da empresa até setembro de 2015, com a perspetiva de realizar o capital social em 2013 e 2014. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal colocou a votação o segundo ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação da Conta de Gerência/2012, aprovada por maioria, com duas abstenções, e em minuta. -----

3. Apreciação e Votação da 1ª Revisão Orçamental/2013: -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que esta revisão não tem relevância política, sendo uma ato normal e regular de introdução do saldo. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra neste ponto da ordem de trabalhos. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal colocou a votação o terceiro ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação da 1ª Revisão Orçamental/2013, aprovado por unanimidade, e em minuta. -----

4. Apreciação e Votação da Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos: -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que se trata de cumprir a Lei dos Compromissos, a CIRA tem fundos disponíveis e são despesas previstas no Plano. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra neste ponto da ordem de trabalhos. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal colocou a votação o quarto ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação da Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos, aprovada por unanimidade, e em minuta. -----

Não havendo outros assuntos o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa. -----



Rogério de São Bento Camões



António Pedro Oliveira Martins



Ernesto Carlos Rodrigues Barros